

MULHER E TRABALHO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

LANA CLAUDIA MACEDO DA SILVA / UEPA

6

GÊNERO E
POPULAÇÕES
ESPECÍFICAS

MULHER E TRABALHO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

LANA CLAUDIA MACEDO DA SILVA¹/UEPA

1 AGRADOÇO A LEITURA ATENTA DO PROF. JOÃO LUIZ DA SILVA LOPES. SUAS OBSERVAÇÕES CUIDADOSAS CONTRIBUÍRAM PARA O REFINAMENTO DO MATERIAL ORA APRESENTADO.

INTRODUÇÃO

O texto propõe examinar o efeito do maior programa de transferência de renda do mundo, o Programa Bolsa Família, relacionado às categorias trabalho e família. O Programa Bolsa Família (PBF) integra o núcleo de estratégia do governo federal no enfrentamento à pobreza, por meio da transferência de renda aos grupos mais pobres da população. Nesse sentido, é interesse deste estudo analisar a quantidade e qualidade do acesso ao mercado de trabalho entre as mulheres beneficiárias em comparação às não beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Embora o PBF não seja direcionado para a integração das mulheres ao mercado de trabalho, mas, é possível essa análise na medida em que, suas ações têm a mulher como principal beneficiária.

O estudo compara essas categorias analíticas em uma das capitais daquela que é a maior região brasileira em termos territoriais e, ao mesmo tempo, a mais escassa quanto aos índices populacionais. Em uma relação inversa a extensão territorial, o último censo demográfico (2010) aponta a região Norte como a segunda menos povoada (15.864.454), à frente apenas da Região Centro-oeste (14.058.094).

A Região Norte apresenta o segundo pior percentual no Índice de Desenvolvimento Humano (0,755), a frente da Região Nordeste (0,713). Apesar da Região Norte apresentar um dos piores IDH do país, é a que recebe o segundo maior (19,41%) investimento do governo federal no que diz respeito aos programas de transferência de renda social, mormente, o Programa Bolsa Família, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (2006). A Região ainda apresenta poucos estudos sobre os impactos dos programas sociais de combate à pobreza, embora ela integre todos os estados que compõem a Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).

A Amazônia, tão alardeada nas campanhas ambientalistas, representa um modo de vida peculiar, por permitir a aproximação entre natureza e cultura. Essa visão romântica é alvo de inúmeras controvérsias entre Governo, Instituições públicas e privadas, pesquisadores e população local. A visão idílica da região se espalha para a metrópole de Belém, considerada “portão de entrada da Amazônia”, lugar onde “começa a Amazônia”, portanto, a “capital da Amazônia”. Mais do que slogans aproximando a cidade ao espaço natural com claros propósitos turísticos (COSTA, 2006), essas denominações expressam o imaginário social que acompanha a região e seus habitantes, trazida pelos primeiros viajantes a aportarem na Amazônia no século XVI. O processo de urbanização de Belém, entre os séculos XVII e XIX, sugere uma cidade “de costas” para aquela que seria sua maior riqueza natural, a fauna e flora.

A pesquisa possui caráter quantitativo e qualitativo. O aspecto quantitativo do estudo está presente na leitura dos dados mensuráveis elaborados em formato de tabelas e gráficos. Esse formato permitiu maior visualização dos dados coletados em campo.

O caráter qualitativo da pesquisa está presente em todas as fases da pesquisa, desde a elaboração, passando pela execução e análise do material. Adotou-se a concepção de pesquisa qualitativa trabalhada por Chizzotti:

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 2003, p. 79).

Nas ciências sociais a abordagem qualitativa de pesquisa possui espaço privilegiado por acreditar que essa leitura converge para a expressão dos sujeitos socialmente construídos, por meio da interpretação dos fenômenos segundo seu contexto e, da compreensão das falas e simbologias, nem sempre explícitas em um primeiro olhar.

Quanto às técnicas de coleta de dados adotadas trabalhou-se o questionário semi-estruturado, a observação, o diário de campo e a entrevista semi-estruturada. O questionário contemplou questões pré-elaboradas versando sobre diferentes aspectos da vida familiar e trabalhista dessas mulheres: identificação, informações gerais sobre os filhos, cuidados com as crianças, distribuição das tarefas domésticas, despesas domésticas, benefício social e situação de trabalho da depoente. Antes da aplicação dos questionários realizou-se o pré-teste visando verificar a pertinência do questionário elaborado para a coleta, assim como, sua adequação aos objetivos da pesquisa e quanto à objetividade das perguntas e dos procedimentos previstos. Esse primeiro teste foi realizado com dez questionários. Somente após a verificação e adequação do instrumento às necessidades do campo procedeu-se a aplicação dos 40 questionários restantes.

A entrevista semi-estruturada com a amostra de 10 mulheres provedoras do domicílio, representado 20% das mulheres pesquisadas. Utilizou-se roteiro previamente estabelecido permitindo o diálogo em outras direções conforme a interação pesquisador e interlocutor. As mulheres foram entrevistadas separadamente, segundo os locais e horários de sua conveniência. O roteiro constou de perguntas abertas discorrendo sobre as seguintes categorias: trabalho, filhos, educação, atividade doméstica, família e políticas públicas. Acrescenta-se, porém, que a finalidade do roteiro não é estabelecer limites à entrevista, ao contrário, as perguntas possuíam caráter aberto permitindo a inclusão de questionamentos outros que porventura não constassem no roteiro, obedecendo ao próprio fluxo da conversa. Assim, a entrevistada será conduzida a falar sobre determinados assuntos pertinentes ao trabalho por meio de perguntas estabelecidas no roteiro.

MULHER NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Diversos países da América Latina a partir dos anos 90 passam a receber políticas de combate à pobreza. São programas direcionados aos segmentos pobres da po-

pulação e tem seu benefício condicionado às exigências que devem ser cumpridas pelo indivíduo e pela família beneficiada. As condicionalidades dizem respeito às áreas da educação e saúde. No campo da educação, as famílias têm a obrigação de manter crianças e adolescentes na escola de 06 a 15 anos com frequência de no mínimo 85% das aulas por mês. Na área da saúde, quem recebe o benefício assume o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação, além do crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê.

O principal objetivo do PBF é a superação da pobreza no seu grau mais extremo, tendo como eixos principais:

- Diminuição imediata da pobreza, por meio da transferência direta de renda às famílias;
- Reforço do direito de acesso das famílias aos serviços básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social, por meio das condicionalidades, o que contribui para as famílias romperem o ciclo da pobreza entre gerações;
- Integração com outras ações e programas dos governos, nas suas três esferas, e da sociedade para apoiar as famílias a superarem a situação de vulnerabilidade e pobreza (MDS, 2009, p. 04).

Abramo (2005) considera que o questionamento acerca da abordagem da questão de gênero nas Políticas Públicas brasileira é necessário por dois motivos: em primeiro lugar, pelo fato das desigualdades e a discriminação de gênero serem problemas que dizem respeito à maioria da população brasileira, pois neste caso não estamos falando de grupos específicos da população, ou de minorias, mas, sim da ampla maioria da sociedade brasileira, visto que, a população brasileira é constituída em mais da metade por mulheres. O segundo motivo está relacionado ao fato de que todos os indicadores sociais (educação, emprego trabalho, moradia dentre outros) mostram existir uma ampla desvantagem das mulheres em relação aos homens, especialmente quando se analisa a inserção da mulher no mercado de trabalho (SANCHES, 2009; OIT, 2007, 2010; GOLDENBERG, 2000; BORGES, 2007; BRUSCHINI, 1998, UNIFEM, 2004).

Acrescento a esses dois aspectos um terceiro: embora o PBF não seja um programa direcionado às mulheres, ele acaba por assumir esse papel. Segundo Lima e Silva (2010) no ano de 2009, a quase totalidade das famílias atendidas (92,0%) dos responsáveis legais pelo programa eram mulheres, portanto, não se pode analisar o programa sem perceber a peculiaridade de gênero e a importância que a mulher assume na família. A opção por priorizar as mulheres como beneficiárias do PBF encontra respaldo em estudos que afirmam que elas tendem a investir o benefício na família e nos filhos, enquanto os homens tendem a destinar parte desses recursos para si próprios (FIALHO, 2007; MARIANO & CARLOTO, 2009, 2011). Tais análises reafirmam a maternidade como sendo um dos pilares da identidade feminina, enaltecendo a capacidade de "altruísmo" das mães. Impressiona o fato dessa relação entre essa visão maternal e as políticas públicas de combate à pobreza

terem gerado pouco debate em âmbito acadêmico, visto que, as mulheres cada vez mais estão sendo orientadas para o mercado de trabalho.

Não é novidade afirmar que mesmo diante da nova conjuntura no mundo do trabalho, as mulheres continuam ganhando menos que os homens, e, por sua vez, as mulheres negras recebem menos que as pardas e estas menos que as brancas, revelando a interseccionalidade entre as categorias gênero, raça e classe. O relatório Igualdade no trabalho: enfrentando os Desafios lançado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2007) apresenta os principais aspectos da discriminação no mercado de trabalho em contexto brasileiro nos últimos dez anos e pondera:

Neste cenário de mudanças, talvez as de maior significado para o futuro sejam a presença definitiva e crescente das mulheres em busca de oportunidades profissionais e a intensificação da discussão sobre a desigualdade racial no país, que se instala na agenda pública, trazendo à tona dados irrefutáveis sobre a discriminação da população negra no trabalho, sofrida com dupla intensidade pelas mulheres negras (OIT, 2007, p. 01).

Ainda segundo a OIT (2007) desde 1995, ocorre o aumento da ocupação feminina em 2,1% ao ano em comparação à masculina. Contudo, o aparente progresso oculta uma situação de discriminação, pois as mulheres permanecem voltadas para as atividades consideradas de âmbito feminino, tais como, os serviços sociais e o trabalho doméstico.

O Rio e a Barca: onde tudo começou...
Esse rio é minha rua
Minha e tua, mururé
Piso no peito da lua
Deito no chão da maré

(Música: Esse rio é minha rua.
Letra: Paulo André Barata e Ruy Barata)

Para além da musicalidade paraense que canta e encanta os nascidos na terra, os versos acima traduzem a geografia local. A simbiose entre o rio e a rua expressa o cotidiano de uma comunidade que tem o rio como local de trabalho e sociabilidade. A vivência com as águas está presente desde os primeiros passos, onde aprendem a nadar, a pescar, a navegar e, principalmente relacionar-se com o meio circundante.

Assim é o lócus deste estudo, a Vila da Barca, uma das maiores áreas palafíticas da Região Metropolitana de Belém, as proximidades do centro da cidade. Trata-se de um bairro periférico, localizado em uma área nobre, com uma área territorial de 2.317 km², segundo dados da prefeitura (PMB, 2003).

Não há consenso quanto ao período de nascimento da Vila. Furtado e Santana (1974) fazem referência a década de 40, versão contestada por outros estudiosos. Vilar (2008), Farias Junior (2006) e Santos et al (2010) apontam a década de 1940

como marco no processo de ocupação da Vila da Barca. Diogo (2010) sugere os anos de 1920, a partir de depoimentos de antigos moradores da localidade, bem como, de extensa pesquisa bibliográfica baseada em jornais locais, romances e artigos científicos.

Controvérsias a parte, todos parecem concordar com a origem do nome Vila da Barca”, conforme reportagem extraída do jornal “O Estado do Pará”:

Ninguém, poderia nascer com um destino tão bom e tão humano, como aquela Barca enorme guardando o característico das Caravelas históricas, construídas no Pará, com madeiras paraenses e pelos operários. Aquela coisa nascia com alma, trazia como as criaturas o seu destino e teria de cumprí-lo, com a mesma paciência dos predestinados, o mesmo ar inexorável. Chegou ir a Portugal. Levava em seu bojo rapazes engajados para essa acidentada viagem. Mas, seria, o seu destino. Em qualquer parte onde ficasse tinha de ser cumprida a sua sorte. Seria uma Vila, com homens pobres trabalhando, com mulheres e filhos. A baía a engoliu, a lama da beirada a chupou. O rio compreendia o porque daquela volta: a barca seria a companheira das marés das águas subindo, macias e lânguidas, como se fosse uma amante enchendo-a de carícias. E talvez contassem histórias. A barca deveria ter muitas histórias para contar. Jogada na beirada além do curro Velho, ficou esperando pelo seu futuro (PEREIRA, 7/10/1941).

Pesquisadores, habitantes locais e romancistas acreditam estar relacionada a uma embarcação de origem portuguesa, apreendida pela Capitania dos Portos e que teria naufragado ou encalhado na área, servindo como moradia a sua tripulação. Embora tal embarcação nunca tenha sido encontrada, a história parece ter sido contada e recontada de geração em geração entre seus habitantes, como se contam as narrativas mitológicas da Amazônia.

Também é ponto facultativo entre estudiosos e poetas a formação humilde da vila. Trecho da reportagem “Os recantos que Belém não conta a ninguém”, descreve essa gente:

Outros foram chegando. Aquela gente expulsa da Penitenciária, vinda de outros logares. E, essa gente, uns restos de flagelados, pacientes, cosidos nos sofrimentos mais amplos das torturas incriveis, ficaram pensando. Nessa Vila da Barca as mulheres perderam o seu verdadeiro sentido do “porque vieram ao mundo”. Não é o trabalho que lhes tirou esse sentido. É a luta pela vida. É o modo e as conseqüências desses trabalhos. Vivem no trabalho desde os seis anos. São as ‘socorros’ das fábricas de tecidos, meninas que “servem” os as operários maduros e limpam alguma coisa ou as ‘escolhedeiras’ das Usinas de beneficiamento.

São levadas desde criancinhas pelos pais e vão aos poucos entrando na existência. Desde criancinhas conhecem todas as amarguras, não chegam a pensar na vida. E, talvez, não saibamos descobrir a alma dessa gente, o custo da falta desse conhecimento. Perguntando, responderão prontamente – Praque? A vida do subúrbio está cheia de 'Praquês'. Os pais? Onde encontrá-los? Na fábrica de tecidos, nas Usinas de beneficiamento, nos curtumes? Não sabem. (PEREIRA, 1941, p.01).

Um documentário produzido no ano de 1964 também trata a respeito dos primeiros moradores da Vila:

A maior parte dos habitantes da Vila da Barca vive do trabalho nas feiras que abastecem diariamente os bairros pobres de Belém. Os produtos vendidos nas feiras, principalmente frutas nativas, são adquiridos nos barcos que vem do interior. Comprando em pequenas quantidades, individualmente e sem depósitos, além de pagarem preços já elevados, os feirantes conseguem somente uma pequena margem de lucro (VILA DA BARCA, 1964, s/p).

Trata-se, portanto de “intermediários” responsáveis por adquirir os produtos com os “atravessadores”, estes sim, fazem o transporte de gêneros alimentícios do interior para abastecer a cidade. Revelando o contínuo campo-cidade e a relação de dependência desta aos produtos vindos da região insular. A proximidade da Vila à maior feira aberta da América Latina, o mercado do Ver-o-peso, constitui um aspecto facilitador dessa relação.

Quanto ao aspecto populacional da Vila, Furtado e Santana (1974) chamam a atenção para a renda dos moradores, que oscilava na faixa de um salário mínimo e, as atividades encontradas: ajudante de pedreiro, lavadeira, vendedor ambulante, jornaleiro, peixeiro, balconista de mercearia, empregada doméstica, servente de obras, carregador e outras relacionadas à construção civil.

Mais de trinta anos se passaram após os primeiros escritos acadêmicos sobre a Vila e seus habitantes sem que nenhum estudo fosse produzido. É, na primeira década do século XXI que a Vila da Barca volta a despertar o interesse acadêmico, talvez motivado pelos programas sociais que ali se instalaram nos últimos anos, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em 2003, a Vila da Barca possuía mais de 4 mil pessoas residindo em sua maioria em área de estivas². O levantamento sócio econômico realizado pela PMB, por meio da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), no período de julho a agosto de 2003, verificou que a maioria da população que aí reside possui baixo poder aquisitivo em decorrência de uma série de fatores como: a baixa escolaridade e,

2 DENOMINAÇÃO UTILIZADA PARA CARACTERIZAR AS PRINCIPAIS VIAS DE CIRCULAÇÃO DOS MORADORES DAS ÁREAS DE BAIXADAS, ONDE O ACESSO É EFETIVADO POR MEIO DE PONTES (ESTIVAS) CONSTRUÍDAS EM MADEIRA SOBRE AS ÁREAS ALAGADAS.

por conseguinte, a precariedade no acesso ao mercado de trabalho formal. A principal fonte de renda dos moradores da área está quase que em sua maioria vinculada ao setor informal de trabalho. Grande parte dos moradores está desempregada; outros vivem de trabalhos esporádicos, o que intensifica a vulnerabilidade da maioria das famílias.

Segundo Silva, M. (2006), o número de trabalhadores com carteira assinada é insignificante; são poucos os aposentados e pensionistas. A principal atividade econômica na comunidade é o comércio, sendo comum a venda de ovos, peixes e enlatados e gêneros alimentícios da região como o açaí, o tacacá, a farinha de mandioca, as frutas regionais (cupuaçu, bacuri, taperebá, murici, etc...). A mão-de-obra autônoma é constituída por carpinteiros, pedreiros, encanadores, empregadas domésticas e uma ínfima quantidade de pescadores que ainda sobrevivem do rio. Segundo Branco:

Desde o início de sua ocupação, o espaço da Vila da Barca esteve associado ao estigma de pobreza, violência, prostituição etc. Sendo que residentes de fora desta área sempre tiveram uma visão equivocada desta realidade. A violência urbana, na área, é igual ou inferior aos demais bairros de Belém, apesar do estereótipo pejorativo, construído ao longo dos anos acerca deste lugar. Os moradores da área são penalizados por esta situação e acabam sofrendo diversas discriminações (BRANCO, 2009, p. 104).

Como dito antes, a Vila da Barca faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) implementado pelo governo federal. O projeto foi pensado para 736 famílias, embora na Vila da Barca existam 4.000 famílias. Até o ano de 2004 foram remanejadas 136 famílias. Há um decreto federal que obriga a entrega dos apartamentos pela prefeitura de Belém até 2012. Representantes da Associação dos Moradores da Vila da Barca falam a respeito do "choque social", pois os moradores nas palafitas não pagavam luz, água, IPTU, DARE, PARF, além dos reparos, lajotas e outros consertos e coleta de lixo que era inexistente nas palafitas.

Localmente os moradores diferenciam à área de palafitas chamando de "Vila Velha" e a área onde estão construídos os apartamentos chamando de "Vila Nova". Em visitas à área podem-se perceber muitos contrastes entre a propaganda de governo e a realidade enfrentada pelos moradores da área. Contudo, recomendam-se pesquisas sobre o assunto que visualizem as mudanças sócio-ambientais ocorridas após o PAC, como essa ação está modificando o contexto e a vida dos moradores da Vila.

PERFIL DAS MULHERES PESQUISADAS

A faixa etária das mulheres pesquisadas compreende desde os 24 até os 86 anos, revelando a diversidade geracional. Esse aspecto apresenta-se como positivo, pois favorece diferentes gerações falando sobre o tema em questão. Contudo, percebe-se que entre as mulheres que recebem o benefício o maior percentual está na faixa etária de 25 a 35 anos (10), enquanto que entre as que não recebem o be-

nefício há uma predominância na faixa de 35 a 44 anos (9). Esse fato pode ser justificado dada a idade reprodutiva das mulheres pesquisadas, visto que, o BF é direcionado às famílias, em situação de pobreza extrema, com crianças e adolescentes em idade escolar.

Quanto à escolaridade das mulheres pesquisadas na Vila da Barca, nota-se a prevalência das mulheres com ensino fundamental incompleto tanto entre as beneficiárias quanto entre as que não recebem o benefício do PBF, 17 e 10 respectivamente. Em seguida, entre as mulheres que completaram o ensino médio o número se equivale entre as que recebem o PBF e as que não recebem (7). O fundamental completo foi informado por duas (2) mulheres entre as beneficiárias e mesmo número entre as não beneficiárias. Entre as que não completaram o ensino médio uma (1) recebe o PBF e duas (2) não são beneficiárias. Uma das mulheres que recebe o PBF declarou nunca ter estudado, no outro extremo do quadro, uma das mulheres beneficiárias possui o ensino superior incompleto.

O dado referente a baixa escolaridade das moradoras da Vila da Barca é recorrente em outros estudos sobre a localidade. Farias Júnior (2006) em dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal do Pará buscou compreender “O fracasso escolar e a realidade educacional da Vila da Barca” provenientes do processo de exclusão social em que seus moradores se encontram. O autor, morador das palafitas e, portanto, legítimo representante da Vila considera que:

Analfabetismo, não acesso à escola, reprovação, repetência, defasagem nos estudos e evasão, ainda que permaneçam vigorantes nesta localidade, já enfrentam uma certa resistência por parte daqueles que pareciam “predestinados” ao insucesso escolar. Já começam a perceber que, embora as condições para se estudar permaneçam difíceis, eles podem mudar o rumo do que parecia “predestinado” e da própria história que vivenciam (FARIAS JÚNIOR, 2006, p. 212-3).

Outros estudos apontam que 80% dos responsáveis legais pelo PBF não possuem ensino fundamental completo, sendo que as regiões Sul e Sudeste possuem o menor número de analfabetos, enquanto as regiões Norte e Nordeste apresentam os piores índices de escolarização (CONSTANZI & FAGUNDES, 2010).

Neste estudo, o percentual de mulheres beneficiárias pelo programa que não concluíram o ensino fundamental é bastante significativo ao representar mais da metade das mulheres pesquisadas nessa situação. Uma visão geral do quadro sugere que as mulheres que recebem o benefício são aquelas que tiveram menos acesso e oportunidades de estudo, pois quase dois terços dessas mulheres (71,4%) possuem no máximo o ensino fundamental.

No que concerne a naturalidade, a maioria das mulheres são oriundas da capital paraense, tanto entre as que recebem o benefício (18) quanto entre as que não recebem (14). Em seguida, aparecem as provenientes do interior do Estado do Pará, oito (8) entre as beneficiárias e cinco (5) entre as que não beneficiárias. E, por fim, as que migraram de outros Estados como o Amazonas e outras regiões como o Nordeste (Ceará, Recife e Maranhão), duas (2) entre as que recebem PBF e três (3)

entre as que não recebem. Em outras palavras, 92,9% das mulheres beneficiárias são provenientes do Estado do Pará, enquanto que entre as que não recebem o benefício esse percentual é de 86,3%.

A raça/etnia foi outro elemento presente nos questionários. Optou-se pela auto-classificação e as respostas foram: predominantemente a raça/etnia parda, com vinte e três (23) entre as beneficiárias e dezenove (19) entre as não beneficiárias, em seguida vem a branca: três (3) entre as beneficiárias e uma (1) entre as que não recebem o benefício. Entre as que responderam negra duas (2) estão as beneficiárias do PBF e, igualmente, duas (2) entre as não beneficiárias. Destaque-se que, a categoria "parda" apresenta outras subcategorias, como por exemplo, a morena, a morena clara e a cor de jambo.

No que tange a interseccionalidade entre as categorias gênero, classe e raça, nota-se a predominância da cor "parda" no município em estudo. A miscigenação do povo brasileiro constitui um processo de "embranquecimento" da nação visando o gradativo desaparecimento do negro. Nesse sentido, Belém reproduz o cenário de desigualdade encontrado a nível nacional.

Em relação à situação conjugal atual das entrevistadas, obtiveram-se os seguintes resultados: treze (13) mulheres declararam viver em união estável entre as beneficiárias, enquanto que oito (8) encontram-se em mesma situação conjugal entre as não beneficiárias. O número de solteiras entre as não beneficiárias equivale ao número das que vivem em união estável (8), entre o grupo das beneficiárias as solteiras também representam esse número. As viúvas perfazem quatro (4) entre as beneficiárias e as não beneficiárias. E, por fim, as casadas estão em menor grupo entre as beneficiárias (3) e, também, entre as não beneficiárias (1).

Entre as beneficiárias doze (12) se declararam solteiras ou viúvas, portanto, não contam com a presença masculina, enquanto que entre as não beneficiárias esse percentual se eleva para dezesseis (16). Nas ciências sociais esse modelo de família é denominado de "família chefiada por mulher" e apresenta um quadro de complexidade e ambigüidade.

Outro elemento considerado revelador do modo de vida dessas mulheres diz respeito aos filhos. Os dados mostram que doze (12) mulheres tem entre 2 a 3 filhos entre as que recebem o PBF, e entre as que não recebem, esse número sofre um acréscimo alcançando quatorze (14) mulheres. Entre as beneficiárias o número de mulheres que tem acima de 4 filhos chega a treze (13), no grupo das não beneficiárias esse dado está bem abaixo com quatro (4) mulheres. E, entre as mulheres que possuem somente um filho, entre as beneficiárias representa apenas uma (1) mulher e as não beneficiárias somam duas (2) mulheres. A média de filhos por mulher está em 3,1 filho para cada mulher pesquisada na Vila da Barca.

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO

Como dito no início do texto, a categoria trabalho servirá de embasamento para analisar a inserção e participação das mulheres beneficiárias, ou não, do Programa

Bolsa Família no mercado de trabalho. Entre as mulheres pesquisadas, dezesseis (16) beneficiárias desempenham alguma ocupação ou atividade, entre as não beneficiárias esse percentual sofre ligeira queda perfazendo quatorze (14) mulheres. Por outro lado, doze (12) mulheres beneficiárias não trabalham, enquanto que no grupo das não beneficiárias esse número cai para oito (8). Em termos comparativos, o dado mostra que na Vila da Barca, embora o maior número de mulheres trabalhe, esse número é maior entre aquelas que não recebem o benefício do governo (63,6%) em contraposição as beneficiárias (57,1%). Outro número revelador, diz respeito a duas (2) beneficiárias que nunca exerceram nenhuma atividade remunerada, enquanto que no outro pólo, das mulheres não beneficiárias todas trabalham.

Contudo, afirmar que essas mulheres não trabalham em função do benefício que recebem constitui uma análise superficial do fenômeno. Igualmente, não se concorda com a análise empreendida por Sorj e Fontes em estudo comparativo nas Regiões Nordeste e Sudeste sobre a articulação entre trabalho e família, as autoras consideram que:

O efeito negativo na quantidade e na qualidade do trabalho das mulheres é maior no Nordeste do que no Sudeste, provavelmente porque no Nordeste os recursos monetários do Bolsa Família rendem mais do que no Sudeste e, por isso, desestimulam a inserção das mulheres em trabalhos menos precários (SORJ e FONTES, 2010, p. 71).

Embora nosso estudo seja na Região Norte é possível traçar alguns paralelos entre a pesquisa supracitada, tendo em vista que, a Região Norte e Nordeste apresentam os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, aproximando-se em relação a alguns aspectos sociais e econômicos. Nota-se que, ambas as regiões há falta de políticas públicas direcionadas para essas mulheres no que compete ao campo do trabalho. A baixa escolaridade associada à falta de qualificação profissional impulsiona essas mulheres para atividades de baixo status social, com poucos rendimentos e expostas a condições de trabalho marcadas pela precariedade.

Há que se considerar também, a ausência de creches para atender aos filhos dessas mulheres, pois na condição de mães, a creche e pré-escola constituem condição *si ne qua non* para que essas mulheres possam trabalhar e ter onde deixar sua prole em segurança. Contudo, dados do MEC (2010) apontam que somente 5,4% das crianças de zero a três anos estão matriculadas em creche públicas no município de Belém, que contabilizam 56 creches.

Como o mercado formal exige tempo e dedicação maior, não somente para entrada, mas, sobretudo, para permanência neste setor, é pouco provável que as mulheres nessas condições tenham dificultado seu acesso ao mercado formal. Comumente, essas mulheres estão situadas em atividades exercidas em âmbito doméstico (lavadeira, cozinheira, vendedora de gêneros alimentícios, pequenos comerciantes, etc..).

Entre as mulheres que exercem alguma atividade laboral, a categoria "autônoma" foi citada por dez (10) mulheres beneficiárias e sete (7) não beneficiárias do PBF.

Nessa categoria estão: jogo do bicho, confecção de arranjos para noivas, manicure, vendedora de açaí, vendedora de tacacá e, principalmente, pequenos comércios comumente denominados de “tabernas”. O alto percentual de trabalhadoras nessa ocupação revela o baixo acesso e participação dessas mulheres no mercado formal.

O serviço doméstico foi igualmente citado tanto pelas beneficiárias (4) quanto pelas não beneficiárias (4), considerado a porta de entrada no mercado de trabalho urbano para mulheres migrantes de pouca ou nenhuma escolaridade. Para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2005), o trabalho doméstico em 2005 abrangia cerca de 6,7 milhões de pessoas, entre as quais, 93,2% eram mulheres, representando cerca de 16,9% do total do emprego feminino.

De acordo com Sanches o trabalho doméstico constitui uma das ocupações mais marcadas pela precariedade dos vínculos e pelo não cumprimento da legislação do trabalho:

O trabalho doméstico é classificado como parte da economia informal. Mais do que por uma correspondência direta com os diferentes conceitos de informalidade, essa modalidade de ocupação parece estar assim classificada pela dificuldade em incluí-la nas definições correntes do trabalho e do mercado de trabalho, pois estas ainda não incorporam a esfera da reprodução como criadora de valor. Não é, pois, a precariedade (real) do trabalho doméstico que o define como informal, mas o lugar que ocupa na concepção tradicional do que é uma atividade econômica (SANCHES, 2009, p.884).

Nesse sentido, as meninas e mulheres que migram do espaço rural para o urbano, sem escolaridade e em busca de melhores condições de vida são fortes candidatas a compor o quadro de empregadas domésticas nas grandes cidades brasileiras.

O fato de o trabalho doméstico acontecer em âmbito privado e por ser uma prática naturalizada, isto é, aceita cultural e socialmente, dificulta a percepção da mesma como um problema social.

Não raro, nas camadas sociais menos favorecidas o ingresso das mulheres no mercado de trabalho ocorre desde a infância. Nessa fase inicial da vida, o trabalho consiste em uma “ajuda” ao grupo doméstico caracterizando uma situação de trabalho infantil. Os dados ratificam a situação de trabalho infanto-juvenil onde quase a metade das mulheres, isto é, 46,4% das mulheres beneficiárias do PBF iniciaram suas atividades laborais antes dos 18 anos de idade, enquanto que para as mulheres não beneficiárias esse percentual se eleva para 72,7%, sendo que dessas, 13,6% afirmaram ter começado a trabalhar antes dos 10 anos de idade. O exercício de uma ocupação em idade escolar compromete a escolaridade dessas mulheres e colocam em risco toda a trajetória desses sujeitos que tendem a reproduzir o modelo de exclusão vivenciado por suas famílias, com o agravante aos aspectos de gênero, raça/etnia e classe.

Quanto ao rendimento mensal, entre as beneficiárias 46,4% recebem de ½ a 1 salário mínimo (SM) e entre as não beneficiárias há ligeiro acréscimo de 68,2%.

Entre as beneficiárias somente 3,6% recebem 2 SM, enquanto entre as não beneficiárias 13,6% recebem entre 2 a 3 salários. Ainda nesse aspecto, entre as beneficiárias sete (7) mulheres começaram a trabalhar após os 30 anos, no grupo das mulheres não beneficiárias esse dado é inexistente.

A renda familiar das mulheres beneficiárias também suscita informações preciosas para este estudo, 83,7% recebem menos de 1 salário mínimo³, sendo que 40,5% recebem menos de ½ salário, entre as não beneficiárias nenhum grupo familiar recebe menos de ½ salário, em compensação 54,0% recebem 1 salário mínimo. Os números são reveladores da situação de precariedade em que, principalmente, as mulheres beneficiárias do programa se encontram, pois 96,4% recebem até 1 salário mínimo, coadunando com as expectativas do Programa de atender as famílias que se encontram em situação de extrema pobreza, recebendo até R\$120,00 per capita.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Sob a ótica de gênero, considera-se que o Programa Bolsa Família possui caráter paradoxal. Se um lado confere certa autonomia às mulheres beneficiárias na medida em que elas passam a assumir o poder de compra e consumo; por outro lado, o programa navega no sentido contrário da politização da naturalização do vínculo existente entre o sexo feminino e as atividades de âmbito doméstico.

No que tange ao acesso ao mercado de trabalho e à qualidade desse trabalho, ambos os grupos de mulheres encontram-se em situação precária de acesso ao mercado de trabalho dada a baixa escolaridade e qualificação. Contudo, entre o grupo das beneficiárias a situação é agravada dada a alta inserção no mercado de trabalho informal.

Considera-se que, a menor participação no trabalho formal das mulheres beneficiárias ocorre em função da ausência de políticas públicas direcionadas para essas mulheres no que compete ao campo do trabalho, pois como a maioria possui o ensino fundamental incompleto, sua inserção ao mercado de trabalho se dá de maneira precária submetida a atividades de baixo status social, com menor ren-

dimento salarial e expostas a condições de trabalho marcadas pela precariedade conforme observado em outro estudo sobre as condições de trabalho das agentes comunitárias de saúde no município de Ananindeua, região metropolitana de Belém (SILVA, L., 2011).

Outro dado recorrente diz respeito à ausência de equipamentos públicos para atender aos filhos dessas mulheres, pois como a maior parte dessas mulheres são mães, a creche e pré-escola constituem condição *si ne qua non* para que essas mulheres possam trabalhar, tendo onde deixar seus filhos em segurança e sob cuidados de profissionais especializados.

Para que o Programa Bolsa Família alcance seus propósitos, isto é, minimizar os efeitos e romper o círculo vicioso da pobreza seria importante que paralelo a essas ações houvesse uma política de formação e qualificação direcionadas às mulheres para inserção ao mercado de trabalho e, não somente, de transferência de renda como é corrente nos programas governamentais. Contudo, o estilo de vida urbano-ribeirinho precisa ser reconhecido e respeitado como um modo de vida peculiar que busca a harmonia entre ambos os espaços. Acredita-se que as políticas devem ser pensadas para e a partir dessas mulheres, contemplando suas reais necessidades, daí a importância de estudos que venham compreender o modo de vida dessas comunidades. O estudo ora apresentado revela que as mulheres têm os pequenos comércios como principal atividade, pois permite ao mesmo tempo, a conciliação entre as atividades de reprodução e de produção. Nesse sentido, cursos como: empreendedorismo, manipulação de alimentos e técnicas de venda pode auxiliar para que elas aprimorem suas atividades laborais, contribuindo para que as mesmas se projetem enquanto mulheres produtivas.

Reitera-se a importância do Programa Bolsa Família para a maior autonomia das mulheres no que diz respeito a aquisição e administração do benefício. Contudo, a maneira como o programa está implementado no município de Belém confere à mulher o estatuto de esposa e mãe, reforçando as funções maternas e de cuidado; em oposição à mulher trabalhadora. Assim, o PBF reproduz o dualismo clássico que associa o espaço doméstico e privado à figura feminina, privando-a da conquista de sua cidadania, pensada enquanto ser de direitos e deveres.

Referências:

ABRAMO, Laís. **Perspectiva de gênero e Raça nas Políticas Públicas**. Mercado de Trabalho, IPEA, 2004.

Artigo:

BORGES, Ângela. Reestruturação produtiva, família e cuidado: desafios para as políticas públicas. In: BORGES, A. & CASTRO, M. (Orgs.). **Família, Gênero e Gerações: desafios para as políticas públicas**. São Paulo, Paulinas, 2007.

COSTA, Antonio. Uma Metrópole na Floresta: representações do urbano na Amazônia. In: FRUGOLI Jr, H.; ANDRADE, L.T.; PERIXOTO, F.A. (Orgs.). **As Cidades e seus agentes: práticas e representações**. Belo Horizonte: PUC: Minas/EDUSP, 2006.

CONSTANZI, Rogério N.; FAGUNDES, Flávio. Perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família. In: CASTRO, Jorge A.; MODESTO, Lúcia (org.). **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: IPEA, 2010, v. 2. p. 249-269.

DIOGO, Adriane Augusta Melo. VILA DA BARCA: Perspectivas históricas da construção e reconstrução. In: SIMONIAN, Ligia. **Belém do Pará: História, cultura e sociedade**. Belém: Editora do NAEA, 2010.

MARIANO, Silvana Aparecida & CARLOTO, Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza no Programa Bolsa Família. IN: BONETTI, Alinne & ABREU, Maria Aparecida (Orgs.). **Faces da Desigualdade de Gênero e Raça no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011.

SORJ, Bila e FONTES, Adriana. Políticas Públicas e a articulação entre trabalho e família: comparações inter-regionais. In: FARIA, Nalu & MORENO, Renata (Orgs.). **Cuidado, Trabalho e Autonomia das Mulheres**. São Paulo: SOF, 2010 (Coleção Sempre Viva. Série Economia e Feminismo, 2).

Artigo de periódico:

BRANCO, Carlos Henrique Marinho. A Implementação de uma ZEIS na Orla de Belém: estudo de caso: A Vila da Barca – Belém – PA. IN: **Revista GeoTemática**. Nº 01. v. 01. Geotrópico: 2009.

MARIANO, Silvana Aparecida & CARLOTO, Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. IN: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(3), setembro-dezembro de 2009.

SANCHES, Solange. Trabalho Doméstico: desafios para o trabalho decente. **Estudos Feministas**. Florianópolis 17(3): 312, setembro-dezembro de 2009, p. 879-888.

SANTOS, Viviane Correa et al. Projetos Habitacionais e Qualidade de Vida: o caso da comunidade da Vila da Barca –Belém/PA. **V Encontro Nacional da ANPPAS**. Florianópolis – SC, 4 a 7 de Outubro de 2010.

SILVA, Márcio Luis. **A gestão democrática municipal diante das possibilidades e restrições trazidas pelo Estatuto das Cidades e pelo Plano Diretor**. 2006.

Periódico:

BRASIL. MEC. **Indicadores Demográficos e Educacionais**. Disponível: <http://ide.mec.gov.br/2011/municipios/relatorio/coibge/1501402>. Acesso em: 30/01/2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família: transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde e à educação**. Brasília, DF, 2009.

instituto brasileiro de geografia e estatística. **pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, 2005**.

instituto brasileiro de geografia e estatística. **pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, 2006**.

instituto brasileiro de geografia e estatística. **Censo 2010**.

FURTADO, Lourdes & SANTANA, M. Vila da Barca, Belém: notas sobre grilagem. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, nº 52, p.1-18, jan. 1974.

ORGANIZAÇÃO Internacional do Trabalho. **Igualdade no trabalho: enfrentando os Desafios**. Brasília: OIT, 2007.

ORGANIZAÇÃO Internacional do Trabalho. **Igualdade de Gênero e Raça no Trabalho: avanços e desafios**. Brasília: OIT, 2010.

PEREIRA, F. Os recantos que Belém não mostra a ninguém. **O Estado do Pará**, Belém, p.1-2, out., 1941.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. 1993.

SILVA, Lana Claudia Macedo da. **A precariedade do trabalho de mulheres agentes comunitárias de saúde e responsáveis pela família**. Trabalho apresentado na XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia –ALAS, UFPE, Recife-PE, 2011.

UNIFEM- Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. **Rumo à Igualdade de Gênero**. Brasília: DF, 2004

Livro:

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho Feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?**. São Paulo, 1998.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almeida & SILVA, Maria Ozanira da Silva (Coord). **Avaliando o Bolsa Família: Unificação, Focalização e Impactos**. São Paulo: Cortez, 2010.

Dissertação:

farias júnior, Raimundo Sérgio. **O Fracasso Escolar e a Realidade Educacional da Vila da Barca: retratos de exclusão e resistência**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, 234 f., 2006.

FIALHO, Paula Juliana Foltran. **O programa bolsa família em são Luís (MA) e Belém (PA):** um estudo de caso sobre a relação entre a gestão local e os efeitos do programa na condição de vida das mulheres - Dissertação de mestrado. Brasília, 2007.

VILAR, Beatriz de Sousa. **Reforma Urbana e ZEIS:** produzindo o espaço na Vila da Barca (Belém-Pará). Monografia do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Belém, 2008.

Documentário:

VILA DA BARCA. Documentário curta-metragem. Direção de Renato Tapajós. Belém: s.e., 1964. Disponível em: <http://somostodosedmilson.blogspot.com/2012/01/bel-em-400-anos-vila-da-barca-1964-por.html>. Acesso em: 10/12/2011.